

PREÂMBULO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº65720/002/2020

- 1- CONVOCAÇÃO
- 2- DO OBJETO
- 3- DOS RECURSOS FINANCEIROS
- 4- DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO
- 5- DA HABILITAÇÃO
- 6- ESTRATÉGIA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS
- 7- DO PREÇO
- 8- REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
- 9- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
- 10- . OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 11- . OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
- 12- . DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 13- DA RECISÃO
- 14- DOS RECURSOS
- 15- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES
- 16- DA REVOGAÇÃO
- 17- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- 18- DO FORO

MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº65720/002/2020

CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CIVIS DE SAÚDE EXTRA MARINHA (OCE), ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAME COMPLEMENTAR COM EQUIPAMENTO DE PET-CT, NA ESPECIALIDADE DE MEDICINA NUCLEAR, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DA MARINHA (SSM), NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E GRANDE RIO.

1 DA CONVOCAÇÃO.

- 1.1 Torna-se público para conhecimento dos interessados, que a União, representada pelo HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS (HNMD) por meio de Comissão especialmente designada nos Termos do art. 51 da Lei nº 8666/1993, pela Portaria Interna nº ___/20__ do Exmo. Sr. Diretor do HNMD, a partir da divulgação deste Edital, receberá documentos na Gerência de Contratos, situada no 4º ANDAR do Hospital Naval Marcílio Dias Localizado à Rua Cesar Zama 185, Lins de Vasconcelos, – 20.725-090, Tel: 2599-5486, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para credenciamento de Organizações Civis de Saúde (OCS) que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos,
- 1.2 O procedimento de credenciamento observará as disposições da seguinte legislação infraconstitucional:
- 1.2.1 A Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações) e alterações, art. 3º, Caput do Art. 25, combinado com os artigos 54 a 80;
- 1.2.2 - A Lei nº 9784 de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
- 1.2.3 - O Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências);
- 1.2.4 Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);
- 1.2.5 O Decreto nº 92.512, de 02 de abril de 1986, artigos 7, 9, 20 a 22, que estabelece normas, condições de atendimento e indenização para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes, e dá outras providências;
- 1.2.6 - IN nº 05/2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento para contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional), 01/2010 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal, autarquia e fundacional e dá outras providências) e 02/2010 (estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, todas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e- Lei nº 8.078/90 (dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências);
- 1.2.7 - -Portaria MPOG nº409, de 21 de dezembro de 2016 e Portaria nº 2.048, de 05 de novembro de 2002 do Ministério da Saúde; e
- 1.2.8 Normas para Assistência Médico-Hospitalar (DGPM-401 3ª Revisão – 2012/MOD 5).
- 1.3 Integram este Edital, independentemente de transcrição, os Anexos abaixo:

| | |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| Anexo "A" | Projeto Básico |
| Anexo "B" | Minuta do Termo Credenciamento |
| Anexo "C" | Modelo de declaração de aceitação de proposta |
| Anexo "D" | Modelo de declaração relativa ao trabalho do Menor |
| Anexo "E" | Modelo de declaração de inexistência de Superveniência |
| Anexo "F" | Modelo de declaração de Sustentabilidade |
| Anexo "G" | Modelo de declaração de inexistência de vínculo familiar |
| Anexo "H" | Modelo de declaração de Pessoa Física não empregador |
| Anexo "I" | Modelo de declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação de débitos trabalhistas |
| Anexo "J" | Lista de documentos para credenciamento |

A minuta do presente Edital foi aprovada pela Advocacia Geral da União, Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, conforme Parecer nº 0/695 /2020/PES/CJU-RJ/CGU/AGU, nos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei 8.666/1993, sendo precedido do Termo de Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº65720/002/2020.

1.4 Os interessados poderão solicitar informações no telefone: 2599-5486 e obter o Edital e seus anexos através do site, <https://www.marinha.mil.br/hnmd/node/142>, no formato PDF, ou ainda, poderão ser examinados, no Hospital Naval Marcílio Dias 4º andar no Setor de Gerência de Contratos, havendo expediente, de 2ª a 5ª feira de 08:00 as 11:00h e 13:30 as 14:00h.

2 DO OBJETO

2.1 Constitui o objetivo do presente, a contratação de Organizações Civis de Saúde Extra Marinha (OCE), especializadas na realização de exame complementar com equipamento de PET-CT, na especialidade de Medicina Nuclear, aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), na cidade do Rio de Janeiro e Grande Rio.

3 DOS RECURSOS FINANCEIROS.

3.1 Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos decorrentes deste Edital serão os seguintes:

3.1.1 Orçamento Geral da União: PLANO DE AÇÃO 2020/2021
Fonte de Recursos /Programa de Trabalho Resumido: Ação Interna (AI) H254010; e
Natureza de Despesa (ND) 33.9039.00.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.1 Poderão habilitar-se, para credenciamento, Organizações Civis de Saúde Extra Marinha (OCE) de acordo com as necessidades listadas neste Edital e que apresentarem declaração de aceitação de proposta, que estejam de acordo com os valores especificados neste instrumento.

4.2 Fica proibido ao CONTRATADO a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do Termo de Credenciamento com outrem, a cessão ou transferência, total ou

(Cont. do Edital de Credenciamento nº 65720/002/2020.....).

parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Termo de Credenciamento.

4.3 O presente Edital de Credenciamento, após aprovação jurídica e a respectiva publicação na forma da lei, terá validade de 60 (sessenta) meses,

4.3.1 O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial da União e se extinguirá ao término do prazo de validade do Edital.

4.4 Não poderão participar deste credenciamento:

4.4.1 Não será permitida a participação de consórcios e cooperativas.

Sociedades Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, anexo ao Edital, e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 30 de abril de 2008.

4.4.2 Pessoas jurídicas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país.

4.4.3 Pessoas jurídicas ou físicas impedidas de licitar e contratar com o Hospital Naval Marcílio Dias ou suspensas temporariamente de participar de licitação.

4.4.4 Pessoas jurídicas ou físicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o Hospital Naval Marcílio Dias, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

4.4.5 Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Hospital Naval Marcílio Dias, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/1998;

4.4.6 Pessoas jurídicas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

4.4.7 Pessoas jurídicas em dissolução ou em liquidação;

4.4.8 Pessoas físicas em processo de insolvência civil;

4.4.9 Deputados ou Senadores que sejam proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada (art. 54, II da Constituição);

4.4.10 Cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de servidor integrante da comissão de licitação responsável por este edital, da Seção de Auditoria de Contas Médicas, do Setor de Finanças e dos que exerçam funções de ordenador de despesas, gestor do Fundo de Assistência Médico-Hospitalar da Marinha do Brasil, bem como do Comandante deste Hospital Naval e sua Diretoria Especializada. Pessoas jurídicas ou físicas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);

4.4.11 Quaisquer interessados que se enquadrarem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.

4.4.12 Sociedades que tenham em seu quadro societário quaisquer das pessoas impedidas de participar deste credenciamento.

4.4.13 Deverá ser firmada declaração, no ato da assinatura do instrumento contratual, pelo responsável legal da CONTRATADA, da inexistência de nepotismo, a qual deverá ser atualizada junto ao Hospital Naval Marcílio Dias, sempre que necessário.

5 DA HABILITAÇÃO

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, quanto ao eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

SICAF:

CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

CADICON Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

TCU Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

5.1 ORGANIZAÇÃO CIVIL DE SAÚDE

5.1.1 Habilitação jurídica

b. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- a) cédula de identidade dos Sócios e /ou representantes legais.
- b) Documentos da sociedade:
 - I. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
 - II. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
 - III. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
 - IV. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
 - V. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- c) Alvará de autorização sanitária válido O credenciamento da OCS poderá observar as seguintes situações quanto ao alvará de autorização sanitária:
 - I. Situação: Alvará de autorização sanitária vencido. O documento a ser apresentado é o alvará vencido, acompanhado de requerimento em tempo hábil (prazo estabelecido na legislação municipal específica, ou, em caso de omissão na legislação do município, 120 dias antes do término de sua vigência) e comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
 - II. Situação: requerimento de renovação a destempo (para além dos 120 dias). O documento a ser apresentado é o alvará de autorização sanitária válido ou requerimento a destempo, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
 - III. Situação: requerimento superveniente a instituição da empresa. O documento a ser apresentado é o alvará válido ou requerimento inicial, acompanhado de comprovante da omissão por parte da autoridade de vigilância sanitária.
 - IV. Situação: funcionamento decorrente de decreto judicial. O documento a ser apresentado é o decreto judicial válido.

5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal

(Cont. do Edital de Credenciamento nº 65720/002/2020.....).

- do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados (Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014);
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
 - d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
 - g) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.1.3 Qualificação econômico-financeira

- a. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- c. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- d. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- e. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão ainda complementar a

comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

- I. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- II. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- III. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo C, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data do credenciamento, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;
- IV. a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social
- V. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

5.1.4 Qualificação Técnica

- a. Prova de registro ou inscrição no Conselho de Classe respectivo

A prova a que se refere o item é obrigatória para médicos (art.17 da Lei 3.268, de 30/09/1957), odontólogos (art. 13 da Lei 4.324, de 14/04/1964), psicólogos (art.s 10º e 11 da Lei 5.766, de 20/12/1971), nutricionistas (art.s 1º e 2º da Lei 8.234, 17/09/1991), fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais (art. 12 da Lei 63.16, 17/12/1975) e fonoaudiólogos (art. 3º da Lei 6.965, 9/12/1981).

O responsável técnico da OCS deverá apresentar comprovação que detém a responsabilidade técnica em documento emitido por parte do conselho de classe respectivo dentro da validade;

- b. Inscrição da Empresa no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

5.1 Orientações quanto aos documentos de habilitação

- a. O contrato de Credenciamento somente será assinado se todos os documentos de habilitação exigidos estiverem regulares.
- b. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser remetidos em original, ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise,
- c. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- d. Os documentos deverão ser impressos, com identificação da pessoa jurídica ou que a identifiquem, sem emendas, rasuras e de maneira completa, expressa e

(Cont. do Edital de Credenciamento nº 65720/002/2020.....).

inteligível.

6 ESTRATÉGIA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

6.1 Os exames de PET-CT a serem realizadas pela CONTRATADA terão que ser previamente aprovados em reunião do Conselho Técnico da CONTRATANTE, após apresentação do caso pela clínica solicitante;

6.2 Os exames serão executados pela CONTRATADA, aos beneficiários da MB, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Requisição do exame, preenchida pelo chefe da clínica solicitante, em modelo próprio, adotado pelo Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD) e homologado pelo Conselho Técnico do Hospital;
- b) Relatório médico, assinado pelo chefe da clínica solicitante;
- c) Guia de Apresentação do Usuário (GAU), emitida no Serviço de Medicina Nuclear; e
- d) Identidade expedida pela MB ou outro documento de identidade de órgão oficial.

6.3 A marcação do exame deverá ser realizada pelo paciente, ou seu representante legal, pelo meio de agendamento utilizado pela CONTRATADA, podendo ser pessoalmente, por telefone ou pela *Internet*, com prazos curtos, considerados as peculiaridades técnicas envolvidas nos exames com uso de radiofármacos;

6.4 A CONTRATADA emitirá os laudos dos exames em no máximo 05 (cinco) dias úteis e os entregará, juntamente com as imagens radiológicas pertinentes, ao próprio paciente ou a pessoa por ela autorizada, mediante recibo;

6.5 Todo o exame que faz parte deste Termo de Credenciamento será realizado na unidade da rede da CONTRATADA, a qual fornecerá todo o material necessário à realização do exame; e

6.6 A CONTRATADA deverá manter meio adequado, físico e/ou eletrônico, de controle e registro dos exames.

7 DO PREÇO

7.1 Com base no levantamento de preços de mercado, utilizando-se o menor valor, serão atribuídos os preços conforme a tabela seguinte:

| PROCEDIMENTO | QTD/ANO ESTIMADO | VALOR | VALOR ANUAL ESTIMADO |
|--------------|------------------|---------------|----------------------|
| PET-CT | 148 | R\$ 2.490,00* | R\$ 368.520,00 |

* Sob a forma de pacote fechado, incluindo-se neste valor: honorários médicos, materiais, medicamentos, insumos radioativos, filmes, custo operacional e emissão do laudo.

7.2 Das condições de pagamento

- 7.2.1 Deverá ser apresentada a fatura a ser entregue no Protocolo Central do HNMD (Secretaria Geral, localizada no 4º andar). Após a conferência pelo fiscal a CONTRATADA receberá a confirmação ou solicitação de alteração para o envio de NF possibilitando o referido pagamento.
- 7.2.2 Havendo discordância entre a auditoria das faturas e o serviço prestado, a empresa poderá impetrar o recurso de glosa no período de 10 (dez) dias. Após a conferência da fatura é que poderá ser emitida a Nota Fiscal. O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, devidamente certificados pelo Fiscal designado. Devendo ser efetuados através de ordem bancária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data final do período de adimplemento, ou seja, da data de entrada da nota fiscal no HNMD.
- 7.2.3 As notas fiscais e/ou faturas devem conter discriminadamente:
- a. O número do Termo de Credenciamento;
 - b. O nome e código do banco para depósito, nome e código da agência e número da conta corrente; e
 - c. O período a que se refere a cobrança.
- 7.2.4 Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de cobrança, o pagamento será efetuado em relação à parte efetivamente aprovada, devendo ser prestados os esclarecimentos necessários para liquidação do saldo devido.
- 7.2.5 Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, conforme Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, e suas alterações.
- 7.2.6 Do montante a ser pago à CONTRATADA, incidirá retenção tributária no percentual de que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, ou normatização que vier a lhe substituir, nos termos do que dispõe o art. 64 da Lei nº 9.430/1996.
- 7.2.7 Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de ordem bancária, a CONTRATADA está proibida de emitir duplicatas comerciais em função deste Contrato. A emissão desse título de crédito, ou de qualquer outro, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar um ilícito grave, equiparável à emissão das “duplicatas simuladas”, demandará o sancionamento da CONTRATADA, com aplicação de uma das penas prescritas nos incisos III e IV, do art. 87, da lei nº 8.666/1993, por ter incorrido na situação disposta no inciso III, do art. 88, do mesmo diploma legal.
- 7.2.8 O pagamento só será efetuado após consulta ao SICAF, CADICON, CADIN, CNJ, CEIS e CNDT, tendo em vista que todo pagamento tem seu lançamento no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), ambos do Governo Federal.
- 7.2.9 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à

(Cont. do Edital de Credenciamento nº 65720/002/2020.....).

taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 7.2.10 Será susgado o pagamento do evento, sem prejuízo das obrigações contratadas, quando a mesma deixar de cumprir as especificações e cláusulas contratuais vinculadas a tal evento.

8 REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1 O credenciamento será formalizado por intermédio de instrumento contratual, presentes as cláusulas necessárias estabelecidas no art. 55 da Lei 8.666/1993.

8.2 Prazo para encaminhamento da fatura, até o 5º dia útil subsequente ao mês do atendimento realizado.

8.3 Os habilitados serão convocados no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de apresentação dos documentos, para assinarem os respectivos contratos, em obediência às prescrições do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

8.3.1 Os Termos de Credenciamento poderão ser alterados, com a devida motivação, nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/1993.

8.3.2 O Termo de Credenciamento terá a vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que os preços e as condições apresentadas, sejam mais vantajosas para a Administração, pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.

8.3.3 O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

8.3.4 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

8.3.5 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Credenciamento, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.4 DA REPACTUAÇÃO E ALTERAÇÃO DO VALOR CONTRATUAL

8.4.1 As regras acerca da repactuação do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Credenciamento, anexo a este Edital.

O preço do acordo poderá sofrer reajuste, visando à adequação aos novos preços de

96
can

mercado, de acordo com o artigo 12 do Decreto nº 9.507/2018, onde será observado o interregno mínimo de um ano e o mesmo critério usado para fixação do valor do objeto pretendido no Edital de Credenciamento e seus anexos. Quando o valor fixado for atribuído mediante Pesquisa de Mercado, poderá sofrer reajuste mediante IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)

9 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia, quando solicitado, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

9.1.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de 5% (cinco por cento) de seu valor contratual total, no prazo de 10 (dez) dias. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

9.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

9.1.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de no mínimo 90 dias após o término da vigência contratual, conforme art. 2º, §2º, V, da Portaria MP nº 409, de 2016.

9.1.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;**
- b. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;**
- c. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e**
- d. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.**
- e. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no Anexo II-B da IN SLTI/MP 05/2017, observada a legislação que rege a matéria.**
- f. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.**
- g. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.**
- h. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data em que for notificada.**
- i. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.**

9.1.5 Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação.

9.1.6 Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, Anexo VII-F da Instrução Normativa SLTI/MP nº 5, de 2017, conforme obrigação assumida pela contratada.

9.1.7 Será considerada extinta a garantia:

(Cont. do Edital de Credenciamento nº 65720/002/2020.....).

- a. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1** Declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, que será feita mediante assinatura do Contrato;
- 10.2** Fornecer a relação do Corpo Clínico, impresso e constando o número do registro do profissional no Conselho de classe regional respectivo e na especialidade;
- 10.3** Indicar o nome do Banco, número da Agência e da Conta Corrente para creditar os pagamentos;
- 10.4** Apresentar apenas um representante que, devidamente munido de credenciais, será admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação, que responderá, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato de suas eventuais manifestações, identificarem-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional.
- 10.5** Por credenciais entende-se:
 - 10.5.1** Habilitação do representante mediante procuração outorgada com poderes expressos para a prática do ato, acompanhada de cópia atualizada do ato de investidura do outorgante, do qual constem poderes para a outorga respectiva; e
 - 10.5.2** Caso seja administrador de pessoa jurídica, apresentar o estatuto ou contrato social registrado, bem como as alterações averbadas, que comprovem os poderes necessários para o uso da firma ou denominação social;
- 10.6** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 05(cinco) dias que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.7** Informar tempestivamente ao Fiscal do Contrato a ocorrência de qualquer eventualidade, problema operacional, legal ou financeiro, que possa suspender, ou obstaculizar, ainda que temporariamente, a execução dos serviços especificados no presente instrumento.
- 10.8** Manter, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todos os requisitos exigidos no Processo de Inexigibilidade de Licitação.
- 10.9** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do futuro Contrato, ficando claro que não há vínculo empregatício entre a MARINHA e os profissionais da equipe da futura CONTRATADA.
- 10.10** Preencher obrigatoriamente os formulários necessários referente ao procedimento realizado nos Usuários do SSM, devendo todas as informações referentes ao paciente serem lançadas no Prontuário Informatizado e prontuário físico. Havendo necessidade do preenchimento de outros formulários, será solicitado pelo Staff e ou Chefia da Clínica de Medicina Nuclear.
- 10.11** A CONTRATADA responsabiliza-se por toda e qualquer informação fornecida à Clínica de Medicina Nuclear do Hospital Naval Marcílio Dias, em razão dos serviços prestados aos seus Usuários, respondendo, desse modo, administrativa, civil e criminalmente, pela inobservância de normas legais, bem como pela inexatidão das referidas informações.
- 10.12** A CONTRATADA responsabiliza-se por todo erro, omissão, imprudência, negligência ou imperícia, verificados nos atendimentos e nas prestações dos serviços aos Usuários do

Sistema de Saúde da Marinha (SSM).

- 10.13 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Credenciamento a ser celebrado, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 10.14 Responsabilizar-se pela boa qualidade de execução dos serviços, sendo obrigatório expor claramente a capacitação técnica do médico executante certificado por órgão competente (título especialista do CBR ou Residência médica reconhecida pelo MEC).
- 10.15 Prestar a CONTRATANTE e aos usuários todas as informações dos procedimentos discriminados.
- 10.16 Obrigar-se a reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, estando ciente da possibilidade de glosa do serviço realizado casos seja comprovado a má qualidade técnica do mesmo pelo fiscal do contrato.
- 10.17 Proporcionar aos fiscais da MARINHA total liberdade para o pleno exercício de suas funções, devendo atender de imediato, às exigências por eles impostas, ou se vier a discordar, interpor recurso junto ao Chefe da Clínica de Medicina Nuclear – no impedimento deste, seu substituto - no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 10.18 Manter seus cadastros atualizados (SICAF, CADICON, CADIN, CNJ, CEIS e CNDT), para fins de consultas pela Administração, a qualquer momento, tendo em vista que a não regularização implicará, tanto na descontinuidade da prestação do serviço quando na renovação do Termo Aditivo, quando do pagamento das Notas Fiscais.
- 10.19 Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitado as disposições da legislação trabalhista vigente.
- 10.20 Em caso de divergência de valores a serem pagos a CONTRATADA, a fatura será paga pelos valores apurados pela Clínica de Medicina Nuclear do Hospital Naval Marcílio Dias.
- 10.21 A CONTRATADA terá o prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, após o pagamento, para notificar a Clínica de Medicina Nuclear do Hospital Naval Marcílio Dias sobre a não concordância acerca da glosa efetuada por esta. Após este período não será permitido qualquer revisão.
- 10.22 A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por acidentes ocorridos com pessoas e bens decorrentes, direta ou indiretamente, de atos ou omissões de preposto seu, ou de profissionais e empregados a seu serviço, obrigando-se ainda, a indenizar ou reparar todas as avarias decorrentes desses atos ou omissões, sendo responsável por providenciar seguro contra acidentes pessoais de seus profissionais e empregados que executarão o objeto do futuro Contrato.
- 10.23 Qualquer atendimento prestado pela CONTRATADA, de usuários que não constem na agenda de Controle da Clínica de Medicina Nuclear, será de inteira responsabilidade desta, inexistindo qualquer ônus para a Marinha.
- 10.24 Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados.

11 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1 Auditar as faturas apresentadas e Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à realização do objeto, prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico.
- 11.2 Promover, através de seu fiscal ou representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e comunicando CONTRATADA a ocorrência de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da mesma.
- 11.3 O CONTRATANTE por meio do Auditor de Contas Médicos-Hospitalares verificará a compatibilidade dos procedimentos realizados e dos valores cobrados pela OSE em

(Cont. do Edital de Credenciamento nº 65720/002/2020.....).

=====

conformidade com as tabelas de referência previstas neste Edital, Projeto Básico e no Termo de Credenciamento firmado pelo HNMD. Após auditoria das faturas/ notas fiscais e emissão de Relatório de Auditoria de Contas Médico-Hospitalares observando-se a ocorrência eventual de glosa o Auditor apresentará o relatório de glosa em prazo não superior a 20 dias. A CONTRATADA poderá interpor representação no prazo para contraglosa no período de 10 dias, de forma a não tornar moroso o processo de pagamento/ ressarcimento em que não havendo manifestação pelo contratado, será considerado como glosa acordada.

11.4 Exigir declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

11.5 Exigir a indicação de preposto da CONTRATADA para representá-la na execução do contrato. Efetuar o pagamento entre o quinto e o décimo dia útil do mês subsequente ao atendimento, exclusivamente dos procedimentos realizados.

11.5.1 Encaminhar os usuários por meio de GAU- Guia de Apresentação do Usuário, emitido pelo sistema de regulação da DSM- Diretoria de Saúde da Marinha.

11.5.2 Os usuários somente poderão ser atendidos com a apresentação de documento de identificação e da GAU.

a. O prazo de validade da Guia de Apresentação do Usuário (GAU) deverá ser de trinta dias, prorrogáveis por mais trinta dias, contados da expedição.

11.5.3 Colocar à disposição dos usuários do SSM a lista, com endereço e horário, das futuras **CONTRATADAS**, sem interferir na escolha do usuário.

11.6 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato que consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos pelo Chefe da Clínica de CLÍNICA ou por outro servidor formalmente designado, na forma dos art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 12º do Decreto nº 9.507/2018, de 2018, devendo ser observada as seguintes recomendações:

11.6.1 A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

11.6.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.6.3 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 48 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 2017, quando for o caso.

11.6.4 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6.5 O Fiscal do Contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.7 A Administração **não** responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

- 11.8 Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.
- 11.9 Tratar confidencialmente as informações médicas fornecidas pela CONTRATADA, respeitando os direitos do paciente e o Código de Ética Médica.
- 11.10 Cabe ao Hospital Naval Marcílio Dias fornecer à CONTRATADA todos os dados clínicos necessários do paciente que se fizer necessário para o trabalho da mesma.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2 Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CONTRATADO estará sujeito à multa moratória de 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, aplicada na forma prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/1993.
- 12.3 A multa acima não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Edital.
- 12.4 O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas neste Edital sujeitará o CONTRATADO, na forma do disposto no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, às seguintes penalidades:
 - 12.4.1 Advertência;
 - 12.4.2 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, será de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato e será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 12.4.3 Em caso de inexecução total, multa compensatória de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 12.4.4 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração (Hospital Naval Marcílio Dias), pelo prazo de até dois anos; e
- 12.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 12.6 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:
 - 12.6.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 12.6.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;
 - 12.6.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 12.6.4 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
 - 12.6.5 A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
 - 12.6.6 As sanções previstas neste instrumento de contratação (Advertência, Suspensão e Declaração de inidoneidade) poderão ser aplicadas juntamente com as multas compensatórias, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no

(Cont. do Edital de Credenciamento nº 65720/002/2020.....).

- prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 12.6.7** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 12.6.8** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.6.9** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 12.6.10** A aplicação das sanções são de competência exclusiva do Sr. Ordenador de Despesa do Hospital Naval Marcílio Dias.

12.7 Do procedimento de recurso na aplicação da penalidade

- 12.7.1** A contar da data de recebimento da intimação do CONTRATANTE acerca da intenção de aplicar penalidade, a CONTRATADA poderá apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias, e o fiscal do contrato junto com o Sr. Ordenador de Despesas, no prazo de 15 (quinze) dias, apreciarão a defesa apresentada e decidirão pela aplicação ou não da penalidade.
- 12.7.2** Com a intimação, serão encaminhadas cópias dos documentos que ensejaram o procedimento.
- 12.7.3** Da decisão proferida caberá, no prazo de 5(cinco) dias úteis, para apresentação de recurso ao Sr. Ordenador de Despesas que encaminhará ao. Sr. Diretor do HNMD a quem caberá julgar em instância única.
- 12.7.4** A não manifestação da CONTRATADA nos prazos estabelecidos neste edital importará aceitação das glosas ou penalidades aplicadas.

13 DA RESCISÃO

- 13.1** Os contratos poderão ser rescindidos nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:
- 13.1.1** Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:
- a. Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados;
 - b. Interrupção dos trabalhos por parte do CONTRATADO, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
 - c. Atraso injustificado no início dos serviços;
 - d. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;
 - e. Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;
 - f. Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/1993;
 - g. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
 - h. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;
 - i. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Exmo. Sr. Diretor de Saúde da Marinha, autoridade a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o

- contrato;
- j. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;
 - k. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 13.1.2** Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento descredenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do SSM, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. *(Redação inciso II, art. 79, lei 8.666/93)*
- 13.1.3** Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CONTRATADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.
- 13.1.4** Por rescisão judicial promovida por parte do CONTRATADO, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:
- a. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e
 - b. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- 13.1.5** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.
- 13.1.6** O Hospital Naval Marcilio Dias poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no ato da suspensão de sua execução.
- 13.1.7** Quando a rescisão decorrer de interesse público, caso fortuito ou de força maior e rescisão judicial, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:
- a. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão
 - b. A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:
 - c. Execução dos valores das multas e indenizações cabíveis, para ressarcimento da Administração a ela devidos
 - d. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração
 - e. É permitido à Administração, no caso de recuperação judicial do CONTRATADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais
 - f. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CONTRATADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CONTRATANTE
 - g. A rescisão não eximirá o CONTRATADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser

(Cont. do Edital de Credenciamento nº 65720/002/2020.....).

imputadas

- h. A execução insatisfatória da prestação da assistência médica, tais como cobranças de procedimentos não realizados ou indevidos, omissão e outras faltas, bem como pelo descumprimento de qualquer das condições constantes dos critérios Gerais e Específicos do Projeto Básico, sujeita a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, bem como ao descredenciamento, conforme definido no Edital de Credenciamento.

14 DOS RECURSOS

- 14.1 Dos atos da Administração referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/1993.
- 14.2 O recurso será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.
- 14.3 Os recursos deverão ser protocolados na Secretaria do Hospital Naval Marcílio Dias, Rua César Zama, 185 – Lins de Vasconcelos – 20.725-090, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Direcionados à Gerência de Contratos.

15 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

- 15.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital até 5(cinco) dias úteis após a data da publicação do Aviso de Credenciamento no Diário Oficial da União, Jornal de Circulação no Estado do Rio de Janeiro ou Jornal de Circulação no Município ou Região da prestação do serviço.
- 15.2 Os pedidos de impugnação deverão ser protocolados na SECOM - 4º ANDAR do Hospital Naval Marcílio Dias. Localizado à Rua Cesar Zama 185, Lins de Vasconcelos.
- 15.3 Caberá à Gerencia de Contratos responder à impugnação em até 10 (dez) dias úteis.
- 15.4 Os pedidos de informações poderão ser encaminhados à Gerência de Contratos 4º ANDAR do Hospital Naval Marcílio Dias. Localizado à Rua Cesar Zama 185, Lins de Vasconcelosdeste- TEL: 2599-5486.

16 DA REVOGAÇÃO

- 16.1 A Administração poderá revogar o Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 16.2 A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


- 17.1 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 17.2 É facultada a autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.
- 17.3 Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Hospital Naval Marcílio Dias.
- 17.4 Em caso de revogação do Edital, extinção, resolução ou rescisão do Contrato, havendo internação, o contrato continuará vigente até que o paciente tenha alta médica; ou seja possível a transferência para outra OCS.
- 17.5 Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº

8.666/1993 e nas demais Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

18 DO FORO

18.1 Para resolver as divergências entre as partes, oriunda da execução do presente acordo fica eleito o FORO da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2020.


ANTÔNIO VITA DE MORAIS JÚNIOR
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesas

